

## OS PRIMÓRDIOS DE CAMPINAS E O DESENVOLVIMENTO DA VIDA RELIGIOSA (1774-1908)

Odilon Nogueira de MATOS

O mais antigo documento, que se conhece, relativo ao germe de um núcleo urbano – a petição para a ereção de uma capela – constante do *Livro do Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas*, não está datado, “o que não deixa de ser lamentável”, segundo a pertinente observação de Teodoro de Souza Campos Júnior<sup>1</sup> que o transcreve em sua excelente monografia sobre a fundação de Campinas. Contudo, não padece dúvida que ela é anterior a setembro de 1772, pois tem a data de 15 de setembro daquele ano o pedido de informação ao pároco de Jundiáí, por parte do Cônego Antônio de Toledo Lara, então responsável pelo expediente da diocese de São Paulo, à qual fora a petição dirigida: “*Dizem os inclusos assinados existentes nos limites entre Jundiáí e Mogi-Mirim, que eles, suplicantes, para maior cômodo e bem de suas almas, desejam erigir à sua custa uma capela na paragem chamada Campinas, onde tenham valimento espiritual, se não sempre, ao menos em várias ocasiões que por ali se acharem sacerdotes; o que também justifica, se achar na mesma paragem, um cemitério bento para sepultura dos fiéis, que foi concedido por ser notoriamente dificultoso o recurso à sua Matriz, pois não dista menos de dez léguas, portanto, pedem a V. Sa, atendendo tão justa súplica, seja servido no que pedem, na forma do estilo*”.

---

<sup>(1)</sup> Theodoro de Souza Campos, In *Monografia Histórica de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

O vigário de Jundiáí, Padre Inácio Pais de Oliveira, a quem a petição fora enviada para as necessárias informações, lembrou que a área apontada para a construção da capela era suficiente, se bem que um tanto deserta, e, mais ainda, que os pretendentes eram muito pobres, o que parece não ser correto pelo menos em relação a alguns deles. Eis o texto integral da informação do pároco jundiáense: *“Informei-me de pessoas fidedignas sobre o alegado na petição retro; me certificaram ser o lugar destinado para a capela que pretendem erigir os conteúdos no rol, suficiente, suposto ser a paragem um tanto deserta, e dista desta freguesia dez léguas. As pessoas assinadas no rol, as mais delas pobríssimas, exceto o da cabeceira, que nega ser a firma sua e me disse que à fatura da dita capela não pretende concorrer com cousa alguma, sendo o mais estabelecido naquele lugar; é verdade estar na paragem chamada Campinas um cemitério, ainda que com pouca decência, pelo pouco zelo dos moradores”*.

Apesar da informação um tanto pessimista do vigário de Jundiáí – e nem muito correta – apoiados pelo ânimo forte de Barreto Leme, continuaram os moradores do bairro do Mato Grosso a enfrentar todas as dificuldades, até que, em 1773, alcançaram do governador do bispado licença para a construção de sua igreja matriz:

*“Faço saber que por sua petição me representaram os moradores do Mato Grosso da Vila de Jundiáí que requerendo-me eles, suplicantes, para erigirem uma capela na paragem chamada Campinas, onde pudessem ser socorridos com os sacramentos, dos quais, pela longa distância de sua freguesia, padeciam grave falta, morrendo no decurso de dezoito anos a esta parte vinte e três pessoas sem os sacramentos da confissão e eucaristia, fomos servidos mandar que juntassem escritura de dote de bens de raiz, que rendessem ao menos anualmente seis mil réis para a reparação e fábrica da capela, e como mais fácil*

*achavam erigir nova freguesia, onde são moradores sessenta e uma famílias com trezentas e cinqüenta e sete pessoas de confissão, o que tudo se via do rol que juntavam, e que levantariam Matriz com todo o paramento necessário e casa para o Reverendo Pároco; pedindo-me por fim de sua súplica lhes concedesse o deferido e atendendo a esta tão justa como louvável súplica, lhes mandei passar a presente, pela qual lhes concedo faculdade para erigirem a dita igreja no lugar que assinalar o Rev. Pároco da Vila de Jundiá, que fará a vistoria da paragem que dizem os suplicantes, na forma da comissão para que esse efeito lhes é enviada, com cláusula de que será a Igreja de taipas e pilão ao menos, e coberta de telhas e não ser benta e aprovada sem primeiro se determinar e constituir cônica suficiente para o Reverendo Pároco que servir a dita Igreja e fábrica dela. Dado nesta cidade de São Paulo, sob o selo das Armas de S. Excelência Reverendíssima, ou sem ele ex-causa, e meu sinal, aos dezoito de janeiro de 1773. E eu, Francisco Leandro Xavier de Toledo Rondon, escrivão da Câmara Episcopal, o escrevia Antônio de Toledo Lara”.*

Cumpridas as determinações da diocese paulistana, veio o vigário de Jundiá à “paragem chamada Campinas”, para vistoriar e demarcar o local onde deveria ser construída a nova igreja. Seu auto de ‘vistoria e demarcação’ tem a data de 22 de setembro de 1773 e, tal como fora recomendado pelo governador da diocese, especifica as condições para a construção da igreja: “(...) fez o dito Reverendo Juiz Comissário assinalar o lugar para a edificação da dita igreja, pondo no lugar da capela-mór uma cruz, e assinalando o lugar da porta da igreja seguindo

*o rumo do Sul e demarcando não só o âmbito da capela-mor, o qual tem quarenta palmos de comprimento e de largura trinta e dois palmos; e o corpo da Igreja até o arco do cruzeiro tem de comprimento oitenta e cinco palmos e de largura o corpo da mesma Igreja trinta e dois palmos...”*

A escassez de recursos materiais determinou atraso na construção da Igreja, o que levou nove moradores do bairro do Mato Grosso a endereçarem nova petição à diocese, suplicando, desta vez, enquanto demorassem as obras da Igreja, fosse-lhes concedida licença *“para se fazer uma ermida mais à ligeira, com a decência possível, para servir enquanto se não conclui a dita Matriz”*. Assinavam esta petição: José de Sousa Siqueira, Francisco Barreto Leme, Domingos da Costa Machado, Francisco Pereira Magalhães, Salvador de Pinho, Luís Pedroso de Almeida e Bernardo Guedes Barreto.

Concedido o solicitado, por despacho do novo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, em data de 7 de maio de 1774, um mês depois, a 3 de junho, o governador da capitania, solícito e prestante, procurou concorrer para que não retardasse ainda mais a inauguração da igreja, dirigindo-se a da Inácia Bueno, moradora em Araçariguama, a pedir, de empréstimo, os paramentos sacros de sua capela para serem usados na capelinha pretendida pelos campineiros:

*“Tendo mandado levantar uma nova povoação nas Campinas do Mato Grosso, da Vila de Jundiá, onde já há princípios de uma nova igreja com capacidade de se celebrar o Santo Sacrifício da Missa, porém faltam os paramentos necessários para o dito ministério, e porque sei que V. Mecê tem todos os preciosos que serviram na sua Capela da Piedade, eu lhe rogo os queira emprestar por tempo de seis meses, como também o sino maior dos dois que na dita Capela existem enquanto os moradores da referida povoação procuram comprar os ditos paramentos ou enquanto V. Mecê não se resolve a vender os que agora emprestar”.*

Frei Manuel da Ressurreição, bispo da diocese paulopolitana, consoante suas decisões anteriores, nomeou vigário interino da nova paróquia de Campinas a Frei Antônio de Pádua, a quem coube celebrar a primeira missa a 14 de julho de 1774, data esta considerada, oficialmente, como a da fundação de Campinas. A modesta ermida que deveria servir provisoriamente como igreja matriz foi edificada no local onde se encontra atualmente o monumento-túmulo de Carlos Gomes (Praça Antônio Pompeu, denominação atual). Essa capelinha era estreita e baixa e, segundo a tradição, coberta de sapé, tendo servido de sede da paróquia até o ano de 1781. Consta do citado *Livro do Tombo* precioso documento relatando a ocorrência de julho de 1774, e que julgamos oportuno transcrever, embora seja o mais divulgado dos textos antigos relativos à fundação de Campinas:

*“Sendo estes sertões trilhados por muitos tempos com a estrada das Minas de Goiás, esteve alguns anos este caminho inculto, e depois vieram aos poucos principalmente taubateanos, a fazer aqui suas habitações por acharem fertilíssimas as terras, e suposto viviam com muita fartura de mantimentos, contudo pereciam fortemente pela falta de sacramentos, sem os quais no decurso de trinta anos faleceram perto de quarenta pessoas; isto por nenhuma causa mais do que pela grande longitude, e distância, em que existiam os moradores de sua Freguesia de Jundiá; por cuja razão viviam tão aflitos, desconsolados, que muitas vezes sucedeu alcançarem licença para serem desobrigados em seus próprios sítios dos preceitos quaresmais, e para se sepultarem os mortos se fez um cemitério, que serviu até a ereção desta Freguesia (a seguir o relato já mencionado dos esforços para a construção da pequena igreja na qual se celebrou a primeira missa a 14 de julho de 1774). Esta (a igreja) se acha, no presente, coberta de telhas, e espera-se que com brevidade se ponha suficiente conforme o zelo, que tiver o novo*

*pároco, que vier, interpondo a sua diligência e o seu cuidado em pedir esmolas aos viandantes que vão para as minas de Goiás, e por todos os fiéis, que puder, e pelo mesmo povo, lembrando-se que é o seu único emprego o adorno da Igreja, sua esposa, cuja falta faz que se vejam os Templos de Deus arruinados e os ornatos e mais alfaias indignas de servir com a devida decência; e, sobretudo, tenham fé em Deus, que nada lhes há de faltar. Esta freguesia principiou-se sem haver um vintém e até agora se tem gasto para cima de setecentos mil réis, e nada se deve; assim assista-nos o Divino auxilio, que por meio da diligência que há de sempre ir em aumento, principalmente ajuntando-se muita gente, o que é verossímel, acabada a Matriz”.*

A narrativa transcrita aborda dois pontos significativos para os primórdios não só da vida religiosa, mas da própria comunidade: a importância das relações com as “minas de Goiás” (elemento precípua na origem de Campinas) e a necessidade de uma nova igreja “definitiva”, deixando claramente entendido o caráter de provisoriedade da capelinha onde se celebrou a missa “da fundação”, em 1774. O autor do relato já menciona a nova igreja como quase pronta, como que apenas à espera do novo pároco.

É importante lembrar o quanto os moradores da povoação dependiam dos viajantes que percorriam as rotas da mineração. Jamais poderiam dispensar os “campesinos” essa colaboração. Enorme era a sua pobreza, diz o texto transcrito. Nem um vintém puderam dar para o início das obras da nova igreja; e os setecentos “mil réis” que foram gastos, à custa de enormes sacrifícios angariados posteriormente, puderam ser pagos relativamente em pouco tempo, sem que credor algum os pudesse aborrecer.

Embora não totalmente concluída, a nova igreja foi inaugurada a 25 de julho de 1781, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição das

Campinas, conforme consta do termo lançado no primeiro Livro de Tombo, que acrescenta, ainda, que a 26 do mesmo mês, “*se trasladou a imagem da Padroeira da primeira capela para esta Igreja nova com aquela solenidade que permite esta limitada e pobre Freguesia*”, assinado pelo vigário Frei José do Monte Carmelo Siqueira. Como bem ponderou Souza Campos Júnior, “*estava enfim realizado o sonho de Barreto Leme e de todos os moradores da Freguesia das Campinas. A inauguração da sede de sua igreja-matriz significava para todos eles um grande acontecimento e uma conquista. Era um marco de progresso e civilização plantado na terra campineira*”.

Localizada num dos extremos de extensa praça, hoje denominada “Bento Quirino”, tornou-se um símbolo da cidade, pois em seu recinto realizaram-se daí por diante as manifestações não apenas religiosas, mas também cívicas, que passaram a marcar a vida da incipiente freguesia e depois vila. Nela realizaram-se, para exemplo, as grandes solenidades da aclamação do Imperador D. Pedro I, a 12 de outubro de 1822. E, até meados do século XIX em sua nave eram sepultadas pessoas gradas, falecidas na localidade, a começar pelo próprio fundador de Campinas, Francisco Barreto Leme. Uma lápide assinala, hoje, o acontecimento. Apenas, talvez por má informação, o autor da lápide atribuiu a Barreto Leme a qualidade “bandeirante”, coisa que ele nunca foi ...

Pode-se afirmar que com a inauguração e desenvolvimento desta nova Igreja, transformada hoje na grandiosa basílica de Nossa Senhora do Carmo, encerra-se este nosso capítulo inicial sobre os “primórdios da vida religiosa de nossa cidade”.

Daí por diante, e por quase um século, aquela foi posteriormente denominada “Matriz Velha” assinalou por todas as formas a vida da cidade, em tudo aquilo que pode se relacionar com o desenvolvimento religioso e social de uma comunidade. Orgulha-se a igreja de uma circunstância curiosa: numerosos dentre os seus vigários, quase dez, foram distinguidos com as honras episcopais, honrando e dignificando diversas dioceses do Brasil, inclusive a própria Campinas, pois dela saiu seu primeiro bispo, D. João Batista Correia Nery, como veremos na devida ocasião.

Uma relação completa, até a divisão da paróquia, com as respectivas realizações dos vigários da “Matriz Velha” poderá ser encontrada na monografia “**Pro Aris et Focis**”. Não vemos necessidade de transcrevê-la na íntegra, mas parece-nos conveniente ressaltar os mais significativos dentre eles: Frei José do Monte Carmelo, a quem coube o início das obras, inaugurando-a, embora não totalmente concluída, a 25 de junho de 1781; padre Joaquim Gomes, com longo paroquiato (de 1795 a 1821), tornou-se o primeiro “vigário colado”. A mais importante ocorrência de seu longo paroquiato, embora não de natureza religiosa, mas civil e administrativa, mas à qual a Igreja não permaneceu ausente, foi a série de medidas tomadas em fins de 1797 das quais resultou a elevação da Freguesia à condição de “Vila”, com a instituição do respectivo poder municipal, independente do de Jundiáí. Cuidaremos em breve deste importante evento. Continuemos, por ora, a referência aos antigos vigários; padre Joaquim Anselmo de Oliveira (1832-1836 ou 37), deixou fama de grande orador; espírito liberal, manifestou tendências abolicionistas, o que parece ter desagradado os fazendeiros locais; a ele coube batizar Carlos Gomes, em julho de 1836; padre João de Almeida Barbosa (1838 a 1855): em seu paroquiato ocorreu a revolução de 1842 (que praticamente terminou em Campinas, com o combate da “Venda Grande”), a elevação da Campinas à categoria de cidade, também em 1842 e a primeira visita do Imperador D. Pedro II, em 1846; padre José Joaquim Vieira (de 1860 a 1864), natural de Itapetininga, elevado ao episcopado com função no Ceará, voltando, depois, para Campinas, onde realizou importantes obras, inclusive a Santa Casa de Misericórdia.

Mais para o fim do século XVIII, o desenvolvimento de Campinas cuja economia tinha por base a cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação à categoria de “Vila”, desmembrada da de Jundiáí. Na estrutura administrativa da época a criação da vila implicava a instituição do poder municipal. Alegavam os campineiros o valor de seus rendimentos, o número de suas lavouras e o fato de serem quase todos “engenheiros”, isto é, proprietários de engenhos, o que lhes trazia grande prejuízo em terem de servir à Câmara de Jundiáí. A petição, assinada por quarenta e sete

moradores, foi avalizada pelo pároco da Freguesia, o que lhe deu mais acentuada credencial.

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o novo governador da Capitania de São Paulo, ao qual se dirigiram os campineiros, considerando justa a petição, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 novembro do mesmo ano de 1797. A portaria determinou, entre outras medidas, para a instalação da vila, que ela passasse a denominar-se “São Carlos”. As conjeturas acerca do novo nome são várias: homenagem a uma princesa lusitana nascida poucos meses antes; homenagem à própria esposa do Príncipe D. João, Dona Carlota Joaquina, ou em honra de São Carlos Borromeu, de quem o governador Melo Castro parecia ser devoto, e cujo onomástico se celebra a 4 de novembro, data da provisão. O que se sabe, todavia, é que o nome imposto a Campinas não “pegou”, sendo usado apenas em documentos oficiais. E segundo o depoimento do viajante francês Saint-Hilaire, até em atos oficiais o nome Campinas freqüentemente aparecia. Só em 1842, ao ser elevada à categoria de “cidade” foi a denominação Campinas restabelecida. É importante não confundir – como muita gente menos avisada o tem feito – com a atual cidade de São Carlos, que é de fundação bem mais recente.

Mais cedo talvez do que se poderia esperar, ocorreu o inevitável: a divisão da paróquia, como decorrência do desenvolvimento da urbe que contava já cerca de trinta mil habitantes. Muita celeuma provocou esta idéia da divisão, que acabou se concretizando com o ato do presidente da Província, Dr. Antônio Cândido da Rocha, de 18 de abril de 1870. Em seu artigo primeiro, dizia simplesmente, sem qualquer “considerando”: “*Fica dividida em duas paróquias a única de Nossa Senhora da Conceição de Campinas*”. E em seu artigo quarto acrescentava: “*A paróquia do lado do Norte terá a denominação de Paróquia de Santa Cruz de Campinas e por sede a atual Matriz Velha; a do Sul se denominará Nossa Senhora da Conceição de Campinas e terá por sede a nova matriz, e enquanto esta não se concluir, servirá de matriz a Igreja do Rosário*”. O artigo segundo dispunha sobre as divisas das duas paróquias, divisas, que aliás, sofreram pequenas modificações pouco depois.

Informa Jolumá Brito no segundo volume de sua *História de Campinas*, (p.143) que o vigário capitular da “Matriz Velha”, em provisão de 15 de abril de 1871, atendendo a uma representação que lhe foi dirigida, declarou padroeira da freguesia de Santa Cruz – Nossa Senhora do Monte Carmelo ou Nossa Senhora do Carmo, autorizando o pároco a receber a imagem que, para esse fim, tinham oferecido os irmãos terceiros e mais devotos da mesma Senhora.

A confusão que muitas vezes se faz, nos primeiros tempos, com as denominações “Santa Cruz” e “Nossa Senhora do Carmo” têm impedido, na apreciação da crônica eclesiástica, que se tenha uma linhagem por assim dizer “histórica”, pois alguns cronistas menos avisados tomavam às vezes uma pela outra. Nem a divisão inicial da paróquia, a que já nos referimos contribuiu para evitar a confusão, ainda mais que esta divisão foi alterada pouco depois.

Uma das igrejas que posteriormente veio a constituir-se paróquia foi a do Rosário, outra igreja de grande individualidade e importância na crônica religiosa campineira. Construída primitivamente em taipa de pilão por iniciativa do Padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo, foi inaugurada, ao que se afirma, em 1817 para ser sede da segunda Irmandade de homens pretos, dissidentes da Irmandade de São Benedito. Como simples capela, ainda, fizeram-se nela, mais para meados do século, melhoramentos para que ela estivesse em condições de receber D. Pedro II e sua comitiva imperial, em sua primeira visita a Campinas, em 1846.

Mais para o fim de século, com a Matriz Nova (a Catedral de hoje) ainda em construção, a modesta Igreja do Rosário ocupou provisoriamente o seu lugar como paróquia. Todavia, a conclusão da Igreja e sua solene inauguração só ocorreram em setembro de 1899. Desde pouco antes (1895) passara a Igreja a ser administrada por missionários claretianos, procedentes da Espanha (Barcelona). Concluída no seu todo, em 1913, passou essa Igreja a despertar interesse não só da população como dos visitantes. Teve ela muita importância na delimitação urbana da cidade, inclusive com a denominação “do Rosário”, dada à praça em que

se situava e à própria rua em que fora construída (a grandiosa avenida Francisco Glicério de hoje). E apesar do largo ter oficialmente o nome de “Visconde de Indaiatuba”, todo o mundo o conhece por Largo “do Rosário”, mesmo atualmente quando a igreja não mais existe nesse local.

De fato, com a reforma urbanística porque passou Campinas na década de 30 do século passado, sob a orientação de Prestes Maia, foi a igreja sacrificada para o alargamento da rua em que ela se situava. No dia 9 de maio de 1956 foi assinada a escritura definitiva da desapropriação da Igreja do Rosário e dias depois, sob protestos, começaram a demolição.

No local da igreja situa-se hoje a Praça Guilherme de Almeida, mas, como dissemos, o nome de “Rosário” continua na antiga praça fronteira, até hoje o centro cívico de Campinas. E uma nova igreja “do Rosário” foi construída nos loteamentos do Chapadão, na importante via que serve de “espigão” para Campinas e que tem o nome de Francisco José de Camargo Andrade. E em 1965, no dia 28 de outubro publicou-se o decreto de criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, já em sua nova sede, tendo como primeiro pároco o Padre Artidório Aniceto de Lima CMF.

## **A MATRIZ NOVA (DEPOIS CATEDRAL)**

*“O majestoso templo que se ergue na Praça José Bonifácio atrai as visitas de todos os amantes de coisas de arte, que vêm à nossa cidade, quer a passeio, quer a negócios. E todos são unânimes em tecer os maiores elogios às soberbas obras de entalhe que constituem um lavor artístico de elevado valor. É um patrimônio inestimável, que deve merecer o máximo zelo de todos os campineiros. É incontestavelmente um monumento suntuoso pelos verdadeiros primores de arte que encerra em seus trabalhos de entalhe, em madeira. Além desta circunstância que a torna*

*importante atrativo local, representa um legítimo atestado dos sentimentos religiosos dos antigos campineiros”.*

Com esse parágrafo, inicia Leopoldo Amaral sua crônica sobre a nossa Catedral, publicada originalmente em “O Estado de São Paulo” e incluída em seu livro *Campinas: recordações* (1927).

Data de 1807 o primeiro movimento para a construção desse templo, cujas proporções eram realmente colossais para a localidade que era Campinas naquela época. É que os moradores de então – diz ainda o ilustre jornalista campineiro – homens do largo descortino, previam o futuro desenvolvimento do seu torrão natal.

Sua construção não foi tranqüila e demorou mais de setenta anos, pois, com efeito, só foi inaugurada em 1883. Muitas referências se encontram em viajantes do século XIX que passaram por Campinas e referiam-se ao “suntuoso templo” em construção. Um deles, o oficial de Engenharia Alfredo d’Escragnolle Taunay (o futuro Visconde de Taunay), passando por Campinas em 1865 de passagem para o sul de Mato Grosso, onde se deflagrava a Guerra do Paraguai, teve sua atenção despertada, antes de tudo, pela enorme igreja em construção, e que, no seu dizer,

*“tem proporções majestosas, e no interior apresenta um trabalho perfeitíssimo de obra de talha, prometendo vir a ser, quando concluída, um dos mais esplêndidos templos do império”.*

Mas, não deixa de fazer algumas críticas, como engenheiro que também era:

*“O vício, contudo, no risco primitivo, e a pouca solidez das paredes de taipa, apesar da enorme espessura, embaraçam a terminação e decoração da fachada, razão pela qual hoje se procura aproveitar o que existe feito, adaptando um plano de reforma parcial”.*

E adiante:

*“O perigo no trabalho de taipa já se patenteou: parte da parede da frente desabou, matando alguns operários. Para conclusão da fachada adotou-se um plano misto, com uma só torre; entretanto, as obras pararam completamente depois do desastre”.*

Sempre nos pareceu muito significativo o interesse demonstrado por Taunay pela nossa futura catedral. Além dos dois tópicos acima transcritos e que constam de seu livro *Marcha das Forças* (edição Melhoramentos, São Paulo, 1928), ocupou-se dela o futuro Visconde em diversas cartas que, estando em Campinas, escreveu a seu pai, no Rio de Janeiro. Aliás, diga-se de passagem, essas cartas, em número de 22, constituem excelente retrato do que era Campinas em 1865. Tivemos oportunidade de publicá-las todas em o nº 150 de nossa *“Notícia Bibliográfica e Histórica”*, correspondente ao segundo trimestre de 1993. Uma dessas cartas, a de 18 de abril de 1865, em vez de seguir pelo correio comum, foi enviada em mãos por intermédio de Antônio Carlos Sampaio Peixoto, o *“ativo administrador das obras da magnífica catedral (sic) que em Campinas se constrói”*; e nela informa, entre outras coisas, ter participado de uma reunião de engenheiros na qual se discutiu o problema das torres, se seria apenas uma ou duas. E acrescenta que *“o Sr. Sampaio, no Rio de Janeiro, procurará você para lhe falar desse caso”*. E mais: *“Temos aqui em Campinas muita falta de bons operários, pedreiros e carpinteiros”*. E recomendava a Sampaio que procurasse no Rio um certo Job Justino da Silva, *“arquiteto de valor”* e muito afeiçoado à família Taunay.

Menos de um mês depois, Taunay deixou Campinas no rumo do sul de Mato Grosso, local onde sua expedição sofreu os horrores da famosa Retirada de Laguna, que forneceu assunto ao seu livro mais conhecido. No regresso para o Rio, não passou por Campinas e nunca mais esteve em nossa cidade. E, assim, nada mais sabemos de seu interesse pelas obras da Igreja em construção. E nem mesmo encontramos qualquer referência a essa viagem de Sampaio Peixoto ao Rio e nem se ele chegou a encontrar-se com as pessoas recomendadas por Taunay.

E as obras continuaram com várias interrupções ainda por quase vinte anos após a passagem de Taunay, pois só em 1883 pôde ela ser inaugurada; mencionemos que nos últimos anos foram as obras dirigidas por Ramos de Azevedo, que veio a ser um dos maiores arquitetos do Brasil.

Todos os que têm escrito sobre a Catedral, brasileiros ou estrangeiros, referem-se com especial agrado às obras de entalhe em madeira, o que constitui, realmente, obra de excepcional valor artístico. Realizou-as um entalhador baiano, Vitoriano do Anjos, trazido a Campinas por Antônio Francisco Guimarães, curiosa figura de cidadão português radicado em nossa cidade desde 1819. Recebeu o apelido de “Bahia”, por ter vivido muito tempo naquela província, onde conheceu o entalhador responsável pelo grande monumento artístico que ornamenta nossa Catedral.

Permitimo-nos tomar emprestado ao historiador Celso Maria de Mello Pupo seu depoimento sobre a obra do artista baiano que veio para a nossa cidade em 1853:

*“...talhou o grandioso altar-mor que se compõe de um semicírculo de colunas, circundando, pelos lados e pelo fundo, uma seqüência de plataformas circulares, em pirâmide que se ergue no centro, sustentadas umas sobre as outras por frontais lindamente entalhados, aproximando-se, no alto, de duas coroas sobrepostas às colunas circundantes, como um baldaquino, tudo entalhado. As colunas são toras de cedro campineiro que ‘o homem colheu na mata, brutas e informes, transmudadas em graciosos suportes, delicados e esbeltos, elegantes no encanto de curvas e rebaixos perfeitos, interrompidos por grinaldas e diademas’; ‘a cornija esculpida sustenta braços recurvados que alçam as coroas engrinaldadas de rosas folhagens’. Fez Vitoriano*

*dos Anjos as rendas das grades das tribunas, do coro e dos púlpitos, estes últimos como dois ostensórios de filigrana e suportes magníficos” (Campinas, seu berço e juventude, 203).*

Iniciados os trabalhos por Vitoriano dos Anjos em 1853, trabalhou ele até 1861, sendo sua obra continuada por Bernardino de Sena Reis e Almeida, do Rio de Janeiro, que, de 1862 a 1865, completou a obra maravilhosa de entalhe nu, obra rara em nosso país – depõe ainda Mello Pupo – que conta com a quase totalidade dos entalhes, recobertos de pintura e ouro.

Digno de menção parece-nos também o depoimento do viajante português Augusto Emílio Zaluar, que em 1861 visitou nossa cidade:

*“Tenho visto poucos trabalhos tão peregrinos executados em madeira. É um poema de flores, arrendados, colunatas, arabescos, grinaldas, florões, enlaçados com profusão e simetria, beleza e unidade, traduzindo as idéias de uma alma de poeta sob as formas mais puras, graciosas e sublimes que se podem reproduzir pelo cinzel do escultor! O cedro passou do templo da criação ao templo da arte, cantando um salmo não interrompido de louvor a Deus, primeiro como expressão da natureza, e depois como um hino da humanidade!” (Peregrinação pela Província de São Paulo, 153).*

E referindo-se à situação em que ele encontrou Vitoriano dos Anjos na Campinas que ele visitou, escreve estas linhas de tristeza:

*“Este notável artista, já ancião e coberto de cãs, vive na mais ignorada obscuridade. Os seus trabalhos não são talvez apreciados nem remunerados como devem, o que explica a expressão de profunda tristeza e desgosto que se descobre na fisionomia do infatigável entalhador*

*baiano. Surpreende ver o trabalho concluído por este homem em pouco mais de seis anos” (p. 153).*

Inaugurada, como informamos, a 8 de dezembro de 1883 a “matriz nova”, eis como a “Gazeta de Campinas” noticiou o importante evento:

*“O aspecto que apresentava o largo da referida matriz e suas imediações denunciava os tons da mais viva alegria, por isso que achavam-se esses lugares ornamentados com palmeiras e folhagens, bandeiras, flâmulas, arcos de flores e outros iluminados a gás. Nos quatro cantos viam-se elegantes coretos destinados às bandas de música – Sociedade ‘Luís de Camões’ e a dos srs. Azarias e Luís de Tullio*

*Na impossibilidade de descrever todo o ocorrido minuciosamente, vamos dar somente o que pudermos apanhar relativamente aos dias da festa. No dia 6 efetuou-se a benção do majestoso templo pelo Exmo. Sr. D. Lino, bispo desta diocese em presença de avultado número de sacerdotes e muito povo, sendo à noite trasladadas em procissão as imagens do Rosário, templo este que desde 1870 estava servindo de matriz. No dia 7 foi a igreja sagrada com a maior solenidade, havendo missa pontifical pelo Sr. D. Lino Deodato.*

*Antes de começar o serviço foi executada uma esplêndida ária, composição do maestro Sant’Ana Gomes, cantando com extrema expressão o solo a exma. sra. D. Adelaide Lopes de Souza Gonçalves, acompanhada por viola de amor e orquestra. A interpretação da música, tanto por parte desta exma. sra., como da orquestra grandemente aumentada, foi a melhor possível. Após isto realizaram-se as matinas solenes, achando-se o*

*templo brilhantemente iluminado e repleto de povo.*

*No dia 8, antes da missa, foi executada a grande oratória, música do maestro Elias Lobo e letra do dr. Antônio da Costa Carvalho, produzindo essa composição o mais agradável efeito, pois tomaram parte além da exma. sra. d. Adelaide Lopes, a exma. sra. d. Cândida de Queiroz Teles, e muitas outras senhoras e vários cavalheiros, divididos em grupos, o que fez com que se destacassem magnificamente os solos cantados pelas mencionadas senhoras. Terminada a oratória, deu-se princípio à missa com o Kyrie expressamente escrito e enviado de Milão para esta solenidade pelo nosso estimável compatriota José Lino de Almeida Fleming, composição essa que agradou sobremaneira, e para cuja execução foram empregados os mais dedicados esforços pelo sr. Sant'Ana Gomes, que recebeu na véspera, podendo assim apresentar um trabalho de nosso patricio. O Kyrie recomenda bastante as aptidões do sr. Fleming para esse gênero de composição.*

*A missa oitava do maestro Elias Lobo, já por vezes executada nesta cidade foi a escolhida para esse dia, completando assim com muito realce a parte da festa. O solo ao pregador, sendo este o sr. Abade de São Bento, cantou-a a exma. sra. d. Esméria Lobo, cuja voz de um timbre muitíssimo agradável é sempre apreciada.*

*Não podendo realizar à tarde a procissão por causa do mau tempo, houve Te Deum e sermão pregado pelo sr. cônego Ezequias Fontoura, sendo cantada uma 'preghiera' pelas alunas do Colégio Florence com acompanhamento de órgão*

*pelo sr. Giorgetti, e encarregando-se da parte principal a exma. sra. d. Maria Monteiro, a qual, possuindo magnífica voz de contralto, conseguiu facilmente despertar a atenção de todos, pois que patenteou-se uma cantora apreciabilíssima.” (Apud Mendes, José de Castro – **Efemérides campineiras**, p. 69-71. Campinas, 1963).*

Parece-nos significativo registrar que a primeira cerimônia realizada na “Matriz Nova”, logo no dia seguinte à sua inauguração, foi a sagração episcopal do padre Joaquim José Vieira, designado para a diocese do Ceará. Trata-se de uma das figuras mais marcantes da crônica campineira, embora, como lembrou pertinentemente Mário Pires, “não sendo filho de nossa cidade, o padre Vieira foi um dos seus mais notáveis e queridos vultos” (Pires, Mário – *Campinas, sementeira de ideais*, p. 173). Era natural de Itapetininga, onde nascera a 17 de janeiro de 1836, mas iniciou sua vida religiosa em Campinas, e, terminada função episcopal no Ceará, retornou à nossa cidade, aqui falecendo aos 08 de junho de 1917.

O “Padre Vieira”, como continuou sempre sendo chamado, apesar da titulação episcopal, tem, a seu crédito, uma das maiores obras já realizadas em Campinas, qual seja a “Santa Casa de Misericórdia”, inaugurada em 1876. No pátio desta instituição, bem defronte a capela (Nossa Senhora da Boa Morte) erigiu-se significativo busto em sua memória e a extensa rua que dá acesso ao hospital (vinda desde o alto do Bosque dos Jequitibás) recebeu o seu nome. Não D. Joaquim José Vieira, que seria então realmente o seu título, mas simplesmente “Rua Padre Vieira”, que é como ele sempre gostou de ser chamado.

O evento que acabamos de registrar – a Inauguração de nossa futura Catedral coincide com o início de uma série de transformações por que passou a urbe campineira, como que preparando-a para o advento de um novo século. A enorme riqueza auferida com o açúcar e principalmente com o café proporcionou não apenas uma série de melhoramentos materiais que beneficiaram a cidade, mas igualmente uma preocupação de ordem cultural, artística, social e religiosa. É significativo – já o lembramos – que

uma cidade ainda tão pequena, que mal passava de seis mil habitantes em meados do século, tenha tido condições para a edificação de uma igreja tão grandiosa – um dos mais belos templos do Brasil – famosa pelas suas obras de arte.

Na segunda metade do século XIX empolgou-se Campinas pelo que chamaríamos a “filosofia do progresso”, que também marcou inúmeras outras cidades brasileiras. Ampliou-se a área urbana até atingir e ultrapassar o rocio original; surgiram melhoramentos materiais de toda a ordem: pavimentação de ruas, calçadas, mercado, jardins, fontes, chafarizes, iluminação pública, rede de águas e esgotos, transportes para novos bairros que estavam surgindo, estabelecimentos de ensino, associações culturais, artísticas e recreativas, lojas de qualidade, nas quais se notava sobretudo a influência francesa, instituições filantrópicas e assistenciais, associações esportivas, núcleos coloniais estrangeiros (Campinas foi uma das pioneiras no trabalho livre e na colonização européia), indústrias bem variadas, começando pelas máquinas agrícolas, tipografia, jornais, livrarias, enfim tudo aquilo que provocou entusiasmo em visitantes que aqui estiveram.

A todos esses melhoramentos materiais, sobrelevou, pela suas importância, a estrada-de-ferro, que atingiu Campinas a 11 de agosto de 1872, com a inauguração do primeiro trecho da Companhia Paulista procedente de Jundiaí e ligada diretamente à São Paulo. A inauguração de uma ferrovia, como é sabido, é marco deveras importante na história de qualquer cidade.

A estação, situada quase sempre num largo (chamado mesmo muitas vezes simplesmente de “Largo da Estação”), atraía para as suas proximidades inúmeros hotéis, em geral modestos, mas que preenchiam a finalidade de atender de maneira prática e satisfatória aos usuários da ferrovia. Com o tempo, as áreas vizinhas à estação acabaram perdendo suas características iniciais: tornaram-se apenas local de armazéns, bares, hotéis mais baratos (pois as pessoas de melhor categoria preferiam alugar-se em lugares mais sossegados) e, muitas vezes passaram a ter aspectos nem sempre muito convidativos, seja pelas condições de higiene ou pelos riscos de ladrões e vigaristas à espera de incautos viajantes, e muitas vezes

até se transformaram em ponto de exibição, nem sempre muito discreta, de prostitutas. Enfim, as “zonas deterioradas”, tão bem caracterizadas pelos sociólogos. Mas, antes que tal acontecesse, a estação chegou a ser ponto de reunião de pessoas elegantes que tinham como divertimento “esperar o trem”...

Igualmente, a ferrovia marcou a paisagem urbana e sobretudo industrial das regiões por ela servidas. Estas considerações, válidas para qualquer cidade servida por ferrovia, tornam-se particularmente significativas com relação a Campinas. Nossa cidade tornou-se um dos maiores centros ferroviários do país. Pouco depois da inauguração da “Paulista” fundou-se aqui a “Mogiana”, esta, tanto quanto aquela, intimamente ligada ao desenvolvimento da cultura cafeeira; a esta nova ferrovia caberia servir uma das mais antigas regiões da então província de São Paulo, atingindo, mais para o fim do século, as divisas com Minas Gerais e penetrando em território mineiro, onde se articulou com outras estradas de ferro. À “Mogiana”, estaria fadado, assim, o importante papel de capturar para a economia paulista grande parte do Sul de Minas, do Triângulo Mineiro e de Goiás.

Isto beneficiou particularmente a cidade de Campinas, pois tendo aqui a “Mogiana” sua estação inicial, a vinculação com as áreas mineiras tornou-se muito mais fácil com esta cidade do que com a própria capital do Estado. Assim, os antigos internatos colegiais bem como os hospitais e clínicas médicas de Campinas tornaram-se preferidas pelos habitantes do Sul de Minas e do Triângulo. Conseqüentemente, tornou-se, profundamente marcante a presença mineira em Campinas.

Mas, além da “Paulista” e da “Mogiana”, outras três ferrovias passaram a servir Campinas: a “Sorocabana”, por meio de um ramal procedente de Mairinque; e duas outras, menores, constituídas e fundadas aqui mesmo, vinculadas diretamente à vida da cidade: o “Ramal Férreo Campineiro” e a “Funilense”. Com estas cinco ferrovias, Campinas apresentava-se, num mapa, com a característica estrela de seis raios, fato único na história ferroviária do Brasil.

Menção especial merece o setor cultural. O fato de Campinas ter sido berço de Carlos Gomes como que a predispsôs a uma grande e

variada atividade artística, desde o século XIX. Uma crônica do cotidiano mostraria imenso rol de atividades musicais e também teatrais- com freqüentes visitas de grandes figuras do cenário artístico do país e do exterior e com a edificação de excelente Teatro Municipal, inaugurado em 1930, mas infelizmente não mais existente. Na área do ensino, dois grandes estabelecimentos foram criados na segunda metade do séc XIX: o “Colégio Internacional” (1869) e o “Culto à Ciência” (1873). Tornaram-se famosos e projetaram o nome de Campinas por todo o país. Ambos existiram até fins do século: o “Internacional”, por ocasião da epidemia de febre amarela que assolou a cidade, foi transferido para Lavras, no sul de Minas; o “Culto à Ciência”, depois de quase vinte anos, viu-se na contingência de encerrar suas atividades, tendo sido seu edifício adquirido pelo governo do Estado, que nele instalou um ginásio oficial, também de grande renome em todo o país.

Outros grandes estabelecimentos de ensino marcaram o panorama cultural de Campinas- e aqui entra particularmente a ação da Igreja- com a fundação do “Liceu Nossa Senhora Auxiliadora” (originado de um antigo Liceu de Artes e Ofícios), o “Diocesano Santa Maria”, e alguns leigos, como o “Progresso Campineiro”, o “Ateneu Paulista”, a Escola Normal Oficial, o Instituto Cesário Mota, entre outras.

Duas outras ocorrências não podem deixar de ser mencionadas: a fundação do Instituto Agrônomo, ainda ao tempo do Império (1887) e que se tornou uma das mais renomadas instituições científicas do país, de projeção internacional; e o “Centro de Ciências, Letras e Artes”, que este comemora seu centenário, fundado por um grupo de intelectuais da cidade (quase todos vinculados ao Ginásio do Estado e ao Instituto Agrônomo), entidade que recebeu apoio de numerosos intelectuais de todo o país e até do exterior.

A planta da cidade divulgada no livro *Campinas em 1900*, de Leopoldo Amaral, delimita com precisão a área alcançada pelos arruamentos na virada do século: no sentido Norte, o canal de saneamento (atual avenida Orosimbo Maia) era praticamente o limite da área urbana, embora a avenida Barão de Itapura já aparecesse assinalada, inclusive com o local do Instituto Agrônomo; pouco além, passavam os trilhos da “Mogiana”

e da “Funilense”, vendo-se o Guanabara e o Taquaral ainda em formação, embora já indicado o antigo Liceu de Artes e Ofícios. Ao Sul, pouca coisa havia além dos trilhos da Paulista; incipientes, a Vila Industrial, a Ponte Preta e o Fundão, este praticamente limitado ao caminho para o cemitério, então chamado “do Fundão”, atualmente “da Saudade”; assinalava também a planta alguns marcos importantes, como o curtume, as oficinas da “Mogiana” e os asilos de inválidos e de variolosos. No sentido de Leste, praticamente a cidade terminava no Bosque dos Jequitibás, sendo a Coronel Quirino a última rua assinalada; quase nada do que é hoje o Cambuí; o povoamento não alcançava ainda a valeta do Córrego Proença (a “Norte-Sul” de hoje), o que aliás vai demorar a ocorrer; no cruzamento da Coronel Quirino com a Moraes Sales, a planta assinalava o início da “Estrada Pública para o Arraial dos Sousas”. E, finalmente, a Oeste, os trilhos da Sorocabana eram os limites da cidade; o Bonfim aparecia como bairro em formação, beneficiado por algumas indústrias ao longo da ferrovia; também o Hipódromo, no ponto em que o Bonfim se limitava com a Vila Industrial. Assinalava a planta os edifícios mais importantes: igrejas, escolas, repartições, bem como gasômetro e a estação de bondes, estes ainda à tração animal, pois só a partir de 1912 seriam eletrificados. O aparecimento dos bondes (veículo coletivo por excelência na época) foi decorrência da ampliação da área urbana e Campinas foi das primeiras cidades de interior a beneficiar-se deste melhoramento: inicialmente apenas três linhas (Estação, Gasômetro e Jardim Público), estendidas depois ao Hipódromo e ao Guanabara.

A planta que se levantou trinta anos depois apresenta poucas modificações; apenas se consolidaram os povoamentos ainda incipientes na planta anterior e, por sua vez apresentava novos bairros em formação, com delineamentos apenas esboçados e ruas ainda sem denominação.

No ritmo até então assinalado, era de se esperar um crescimento bastante acentuado nos primeiros trinta anos do século XX. Tal, contudo, não ocorreu. Sofreu a cidade tremendos prejuízos com as epidemias de febre amarela no fim do século anterior. A desolação campeou. Muita gente abandonou a cidade. Acreditou-se mesmo que Campinas jamais se reergueria e, desta maneira frustraram-se as perspectivas para aqueles que esperavam que Campinas viesse a suplantar a própria capital. Tudo fazia

crer nessa vertiginosa curva ascensional. Mas, a febre “matou” a cidade... Felizmente, os trabalhos de saneamento livraram-na do mal e pôde ela ressurgir das próprias cinzas, a repetir a lenda da fênix que, mui de propósito, figura no seu brasão de armas... Mas o ressurgimento foi lento.

Em vez de crescer assustadoramente, como ocorreu com a Capital (um dos maiores índices de crescimento em todo o mundo), preferiu consolidar-se. E é como cidade estável econômica, social e culturalmente que Campinas se impôs ao Brasil nos primeiros decênios do século XX. Viveu muito do seu passado, conservando ciosamente sua “memória”.

Nessa fase final do séc XIX e início do XX, entra mais decisivamente ainda a ação da Igreja. Alguém, tomando conhecimento do desenvolvimento da Igreja e das instituições religiosas na cidade, poderia estranhar que ela não fosse ainda sede de Bispado. Era como se ela estivesse preparando o caminho para esse evento que, veio a ocorrer no início do século passado, e que abre, de fato, um novo capítulo na História religiosa da cidade.

A idéia da criação da Diocese de Campinas surgiu em fins do século XIX. Com o crescimento da cidade e o desenvolvimento das próprias atividades eclesiásticas através não apenas de igrejas mas também de instituições de várias naturezas, educacionais, principalmente, figuras expressivas da cidade, como Francisco Glicério, César Bierrenbach, Orozimbo Maia, Júlio Frank de Arruda, Antônio Carlos do Amaral Lapa, João de Assis Lopes Martins, Roque de Marco, Antônio Benedito de Castro Mendes, fora elementos da própria igreja, movimentaram-se no sentido de tornar realidade a proposta inicial, a qual a Santa Sé não considerou oportuna, entre outras coisas por ser Campinas cidade muito próxima a São Paulo.

A todos excedeu nesses esforços o D. João Batista Correia Nery, inclusive com um desprendimento digno mesmo de uma grande alma. Em carta que dirigiu ao ministro do Brasil junto à Santa Sé, escreveu textualmente: *“Como recompensa apenas pediria ao Santo Padre um favor: não ser Bispo de Campinas em hipótese alguma. Não desejo que paire sequer a suspeita de que trabalhei por Campinas buscando colocação para mim. Deus sabe a pureza da intenção com que me esforcei*

*por essa criação, mas, os homens talvez não vejam essa pureza*". Mas, estaria o nobre sacerdote predestinado a ser o primeiro antístite da nova Diocese!

As dificuldades aplainaram-se posteriormente quando se pensou na organização de uma nova Província Eclesiástica em São Paulo, idéia já esboçada muito antes por D. Joaquim Arcoverde quando Bispo da capital paulista e pelo seu sucessor, D. José de Camargo Barros. Escrevendo de Roma a Dom Nery, a 28 de novembro de 1898, dizia Dom Joaquim Arcoverde: *"Começou a ter execução o grande plano da criação das Dioceses de São Paulo, esboçado por mim e D. José de Camargo Barros, e realizado por D. Duarte: mas é força confessar que Campinas foi a causa impulsora desse desdobramento maravilhoso de dioceses que vão trazer benefícios incalculáveis a esse povo tão bom e tão digno desses benefícios"*.

A idéia, acariciada por todos, tornou-se realidade aos 7 de junho de 1908, pela Bula "Diocesium nimiam amplitudinem", de S.S. o Papa Pio X, pela qual criava a nova Província Eclesiástica de São Paulo, tendo como Dioceses sufragâneas a Diocese de Curitiba e as cinco novas Dioceses paulistas de Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto.

O nosso Cônego Nery, que havia sido elevado ao episcopado em 1896, cabendo-lhe instalar a diocese de Vitória, no Espírito Santo e transferido em 1901 para a de Pouso Alegre, no Sul de Minas, veio a tornar-se o primeiro Bispo da Diocese Campineira voltando, pois, à sua terra natal, onde viveu até o seu falecimento, a 1º de fevereiro de 1920. Com sua investidura à frente da Nova diocese, talvez seja D. Nery um talvez único na história do episcopado brasileiro de um bispo instalar três dioceses.

Lembremos que, antes de sua ascensão ao episcopado, o então Cônego Nery realizara importante obra religiosa, filantrópica e educacional em Campinas, tendo a seu crédito importantes empreendimentos. Um dos mais significativos, o Liceu de Artes e Ofícios, veio a se transformar no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, um dos mais renomados educandários não só da cidade, mas do próprio país. E ressalte-se seu lado humanitário quando a cidade foi assolada pela epidemia de febre amarela no último decênio do século XIX.